



ESPACIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Enio Serra

enio.serra@gmail.com¹

Emilio Reguera Rua

emilioreguera@id.uff.br²

Resumo

O presente trabalho deriva de pesquisa acadêmica em desenvolvimento que versa sobre a relação entre oferta e demanda de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo é analisar a dimensão espacial dessa relação ao verificar em que medida aspectos presentes no espaço urbano interferem tanto nas políticas de elevação da escolaridade de jovens e adultos trabalhadores como nas decisões destes em relação à conclusão da Educação Básica. A partir da análise de dados estatísticos sobre a dinâmica das matrículas na EJA ao longo da primeira metade da década de 2010, o trabalho particulariza a área central da cidade do Rio de Janeiro ao analisar suas características e como estas se articulam a questões ligadas tanto à oferta quanto à demanda por EJA. Para o levantamento da demanda, a metodologia da pesquisa prevê a elaboração de um indicador social com base nas informações do Censo Demográfico de 2010 sobre a população com 15 anos ou mais com Ensino Fundamental incompleto. Para a oferta, o levantamento é feito pelo Censo Escolar. A espacialidade da relação entre oferta e demanda é, então, analisada a partir do mapeamento dessa população e da localização de escolas municipais de oferecem a EJA. Como resultado, vê-se que a necessidade dos trabalhadores pouco escolarizados não é atendida pelo poder público municipal. Além disso, constata-se a intrínseca relação entre políticas urbanas e políticas educacionais e a importância da dimensão espacial na análise das políticas públicas voltadas para jovens e adultos trabalhadores.

¹ Professor Associado da Faculdade de Educação da UFRJ. Este trabalho é derivado de pesquisa científica desenvolvida pelos autores no âmbito do Coletivo de Estudo e Pesquisa em Geografia e Educação de Jovens e Adultos (GeoEJA),

² Doutorando em Geografia (POSGEO/UFF) e geógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este trabalho não reflete necessariamente o que o IBGE pensa sobre o assunto.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Espaço Urbano, Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

O presente trabalho se encontra na interface entre Geografia e Educação. Não se trata de ensino de Geografia, mas do diálogo entre conhecimento geográfico e conhecimento produzido no campo educacional e sua contribuição para a compreensão e análise de um fenômeno social que vem marcando a sociedade brasileira há bastante tempo: a garantia do direito à Educação Básica de jovens e adultos trabalhadores. O diálogo aqui apontado é desenvolvido em pesquisa científica que analisa a relação entre oferta e demanda de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro.

Partimos do pressuposto de que estudos sobre as políticas para a EJA têm, na literatura corrente, enfatizado os aspectos legais, históricos, sociológicos e culturais, mas de forma geral tem negligenciado o espaço social como conceito importante para se pensar as políticas educacionais. O conceito de espaço social, assim como o de território/territorialidade tornam-se, sob nosso ponto de vista, ferramentas importantes para propor a reflexão sobre a garantia do direito à educação na medida em que permitem análises mais profundas sobre as desigualdades socioespaciais, principalmente as que marcam as principais metrópoles nacionais.

Como metodologia da pesquisa, utilizamos os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e dos microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no tocante ao cadastro de unidades escolares que ofertavam a Educação de Jovens e Adultos em 2016. A partir destes dados foi elaborado o indicador denominado *Demanda Potencial pela Educação de Jovens e Adultos* (DPEJAF), que representa a divisão entre o total de população nas faixas etárias levantadas – 15 a 29 anos, 30 a 59 anos e 60 e mais anos – sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto sobre o total de população nas referidas faixas etárias. A partir disto, foram confeccionados mapas temáticos do município do Rio de Janeiro por cada faixa etária para observar a distribuição espacial do indicador DPEJAF em todo o município.



Além disso, utilizamos os microdados do INEP (banco de dados de unidades escolares) para localizar nos mapas as escolas que ofertavam a EJA em 2016. A partir daí, cotejamos as informações entre oferta e demanda para aquilatar a necessidade de ampliação ou não do atendimento à EJA. No trabalho aqui apresentado, enfocamos a análise parcial dos dados referentes aos bairros da área central do Rio de Janeiro, área que abrange a 1ª Coordenadoria Regional de Educação da rede municipal de ensino.

Nesse sentido, após apresentarmos os referenciais teóricos que embasam a pesquisa, destacamos o cenário de retração das matrículas na EJA verificado nos últimos anos em todo o Brasil para, em seguida, apresentarmos as principais características do espaço urbano que abrange a 1ª CRE e, por fim, expor alguns dos resultados e considerações advindas da pesquisa.

O direito à educação de jovens e adultos trabalhadores na cidade capitalista

Para compreendermos a EJA e a leitura espacial de suas políticas, partimos do princípio de que essa modalidade da Educação Básica se configura essencialmente como direito humano, “uma vez que repõe o direito negado às populações que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica durante a infância e a adolescência” (SERRA et al., 2017, p. 26). Nesse sentido, a luta por sua garantia se localiza no âmbito mais geral da luta por outros direitos de ordem social, o que engloba também o direito a políticas urbanas que assegurem mais dignidade à significativa parcela da sociedade que se encontra destituída de um conjunto amplo de direitos, muitos dos quais imbricados e articulados.

Assim, a luta pela EJA também é a da reapropriação política do espaço urbano, tendo em vista o que Benach (2017) defende ao se reportar aos indicadores sociais e à cartografia temática que denunciam as desigualdades sociais na Barcelona central e propor uma (re)politização do debate que envolve conceitos e instrumentos que os expresse, desde que o espaço vivido esteja no rol de elementos da pesquisa. Para a autora, a

[...] nossa proposta de espacializar a desigualdade significa, também, ampliar o conceito de espaço utilizado para apreender a complexidade da experiência urbana. [...] As intervenções no espaço urbano não deveriam empreender-se sem algum tipo de aproximação ao espaço vivido, sob pena de cair em erros de apreciação que, no melhor dos casos, não solucionam nada ou, pior, agravam a situação, quanto não gera problemas novos. (BENACH, 2017, p. 28)

Em uma cidade, ou melhor, em uma metrópole capitalista periférica como o Rio de Janeiro, a luta por direitos tenta suplantar com mais vigor a visão empresarial e mercadológica do espaço urbano, a partir da qual direitos são travestidos de serviços e, portanto, transformados em consumo. Distribuindo desigualmente suas políticas pelo espaço, o poder público, ao se inserir nessa lógica, tende a não garantir direitos básicos a toda a população, uma vez que:

A incompletude do acesso e a precariedade da oferta de serviços públicos fundamentais (educação, saúde e saneamento) são expressões contundentes de processos de distinção territorial de direitos, demonstrando, inequivocamente, que cidadãos de uma mesma cidade possuem direitos respeitados e garantidos de acordo com os bairros onde residem. (BARBOSA, 2017, p. 181)

Dessa forma, as reflexões teóricas que aqui trazemos, isto é, a análise das políticas públicas sob a ótica do direito, asseguram a compreensão articulada entre vários segmentos e objetos de luta, principalmente por parte dos trabalhadores de baixa renda. No caso desta pesquisa, propomos a compreensão articulada entre direito à educação e direito à cidade a serviço da denúncia e do desenho de estratégias e ações políticas que redundem na ampliação da oferta de EJA, principalmente nas periferias e em áreas de favela, e no combate à redução de matrículas no município do Rio de Janeiro, já que em âmbito nacional, como apresentamos em seguida, se delineia um cenário bastante grave de retração de matrículas na modalidade.

A Educação de Jovens a Adultos e o preocupante cenário de queda de matrículas

No que concerne às políticas públicas recentes para a EJA no Brasil, tem-se observado a redução de matrículas e o fechamento de turmas, turnos e até mesmo escolas que ofertam a modalidade. Tal fenômeno pode ser observado a partir do conjunto de dados que mostra o quadro nacional de matrículas e aponta para um notável declínio destas em quase todas as modalidades de ensino, à exceção da Educação Infantil e do Ensino Médio integrado a cursos técnicos, ambos alvos de incremento em função da baixa oferta até recentemente.

A tabela 1 apresenta a série histórica de dados da sinopse do Censo Escolar entre os anos de 2010 e 2016 para todos os níveis e modalidades da Educação Básica, ficando de fora, no entanto, a modalidade EJA. A partir da série é possível observar que nesse período houve expressiva redução no número de matrículas em âmbito geral (menos 2.732.410 matrículas). No conjunto ilustrado, o Ensino Fundamental responde por queda ainda mais vertiginosa, com



3.546.729 matrículas a menos. Esse quantitativo acaba não se refletindo totalmente no cômputo geral em razão do aumento na Educação Infantil e no Ensino Médio integrado.

Tabela 1 – Evolução das matrículas em diversas modalidades (exceto a EJA)

| Série Histórica | Totais aproximados de matrículas no Brasil | Educação Infantil | Ensino Fundamental (EF) | EF Anos Iniciais | EF Anos Finais ⁸ | Ensino Médio (EM) | Ensino Médio Propedêutico | Ensino Médio Normal/Magistério | Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) | Educação Profissional |
|-----------------|--|-------------------|-------------------------|------------------|-----------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------------------|--|-----------------------|
| 2010 | 51.549.889 | 6.792.095 | 31.148.207 | 16.893.490 | 14.254.717 | 8.358.647 | 7.960.337 | 182.537 | 215.773 | 1.376.824 |
| 2011 | 50.972.619 | 7.003.802 | 30.490.476 | 16.486.880 | 14.003.596 | 8.401.829 | 7.979.293 | 164.800 | 257.736 | 1.483.643 |
| 2012 | 50.545.050 | 7.314.164 | 29.826.627 | 16.134.889 | 13.691.738 | 8.377.942 | 7.945.765 | 133.608 | 298.569 | 1.605.608 |
| 2013 | 50.042.448 | 7.607.577 | 29.187.602 | 15.877.501 | 13.310.101 | 8.314.048 | 7.855.385 | 120.246 | 338.417 | 1.667.685 |
| 2014 | 49.771.371 | 7.869.869 | 28.571.512 | 15.805.134 | 12.766.378 | 8.301.380 | 7.833.168 | 101.224 | 366.988 | 1.945.006 |
| 2015 | 48.796.512 | 7.972.230 | 27.931.210 | 15.562.403 | 12.368.807 | 8.076.150 | 7.590.465 | 93.919 | 391.766 | 1.917.192 |
| 2016 | 48.817.479 | 8.279.104 | 27.691.478 | 15.442.039 | 12.249.439 | 8.133.040 | 7.601.197 | 102.833 | 429.010 | 1.859.940 |

Fonte: INEP – Instituto Anísio Teixeira. Série 2010-2016

Em termos relativos, a tabela 2 ilustra o ano de 2010 como base (índice) 100, ou seja, todas as informações sobre variação no número de matrículas estão baseadas no referido ano. Assim, ainda contemplando as mesmas modalidades da tabela 1, a Educação Infantil salta para 122 e o Ensino Médio integrado dobra (199), ainda que, em termos absolutos, o quantitativo deste último ainda seja relativamente baixo (429.010 matrículas) em face ao total.

Tabela 2 – Evolução das matrículas em diversas modalidades (exceto a EJA)
 (base 100 = 2010)

| Série Histórica | Totais aproximados de matrículas no Brasil | Educação Infantil | Ensino Fundamental (EF) | EF Anos Iniciais | EF Anos Finais ⁸ | Ensino Médio (EM) | Ensino Médio Propedêutico | Ensino Médio Normal/Magistério | Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) | Educação Profissional |
|-----------------|--|-------------------|-------------------------|------------------|-----------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------------------|--|-----------------------|
| 2010 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 2011 | 99 | 103 | 98 | 98 | 98 | 101 | 100 | 90 | 119 | 108 |
| 2012 | 98 | 108 | 96 | 96 | 96 | 100 | 100 | 73 | 138 | 117 |
| 2013 | 97 | 112 | 94 | 94 | 93 | 99 | 99 | 66 | 157 | 121 |
| 2014 | 97 | 116 | 92 | 94 | 90 | 99 | 98 | 55 | 170 | 141 |
| 2015 | 95 | 117 | 90 | 92 | 87 | 97 | 95 | 51 | 182 | 139 |
| 2016 | 95 | 122 | 89 | 91 | 86 | 97 | 95 | 56 | 199 | 135 |

Fonte: INEP – Instituto Anísio Teixeira. Série 2010-2016

A tabela 3 expõe o quantitativo de matrículas para a EJA e Educação Especial – entendendo-se que a última não se articula necessariamente à EJA. Em termos absolutos, o total

de matrículas na EJA declina em 843.413, sendo que a EJA do Ensino Fundamental responde por 839.586 de matrículas a menos. Cabe lembrar que a EJA-EF é prioritariamente competência das redes municipais segundo a LDBEN em vigor. A partir dos dados, portanto, depreende-se que o grande gargalo em relação à EJA está nas redes de ensino municipais, justamente as que atendem a maior parte da demanda advinda dos 65 milhões de brasileiros que, em 2010 (BRASIL, 2010), não possuíam o Ensino Fundamental completo.

Tabela 3 – Evolução das matrículas na modalidade EJA

| Série Histórica | EJA Total | EJA Ensino Fundamental | EJA Ensino Médio | EJA Profissional | Educação Especial |
|-----------------|-----------|------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 2010 | 4.325.587 | 2.883.209 | 1.389.217 | 53.161 | 702.603 |
| 2011 | 4.082.528 | 2.692.813 | 1.322.592 | 67.123 | 752.305 |
| 2012 | 3.961.925 | 2.542.664 | 1.310.222 | 109.039 | 820.433 |
| 2013 | 3.830.207 | 2.440.151 | 1.284.048 | 106.008 | 843.342 |
| 2014 | 3.653.530 | 2.285.645 | 1.266.171 | 101.714 | 886.815 |
| 2015 | 3.491.869 | 2.115.217 | 1.270.198 | 106.454 | 930.683 |
| 2016 | 3.482.174 | 2.043.623 | 1.342.137 | 96.414 | 971.372 |

Fonte: INEP – Instituto Anísio Teixeira. Série 2010-2016

A tabela 4 serve para efeitos comparativos em relação à tabela 2. Nela a modalidade EJA-EF, tomando por base o índice 100 de 2010, apresenta a segunda maior queda entre todas as modalidades existentes e atinge, em 2016, o patamar de 71% de atendimento em relação às matrículas de 2010. Essa queda só é ultrapassada pela registrada no Ensino Médio Normal/Magistério, curso que vem passando por reformulações em vários estados com forte tendência ao seu desaparecimento devido à exigência gradual de formação superior para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



Tabela 4 – Evolução das matrículas na modalidade EJA
(base 100 = 2010)

| Série Histórica | EJA Total | EJA Ensino Fundamental | EJA Ensino Médio | EJA Profissional | Educação Especial |
|-----------------|-----------|------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 2010 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 2011 | 94 | 93 | 95 | 126 | 107 |
| 2012 | 92 | 88 | 94 | 205 | 117 |
| 2013 | 89 | 85 | 92 | 199 | 120 |
| 2014 | 84 | 79 | 91 | 191 | 126 |
| 2015 | 81 | 73 | 91 | 200 | 132 |
| 2016 | 81 | 71 | 97 | 181 | 138 |

Fonte: INEP – Instituto Anísio Teixeira. Série 2010-2016

Como se pode ver, a dinâmica das matrículas na EJA de Ensino Fundamental se mostra bastante preocupante em função da retração acentuada. As razões para esse fenômeno são diversas, complexas e exigem estudo mais aprofundado que este trabalho não se propõe a fazer. No entanto, algumas suposições podem ser feitas como a relação direta dessa dinâmica com o fechamento de turmas, turnos e escolas. Tais ações do poder público, por sua vez, poderiam já ser reflexo da crise financeira que a partir de 2014 começa emergir no Brasil e seus violentos impactos em vários municípios. A redução na procura de jovens e adultos por escolas de EJA e o abandono dos alunos já matriculados também merecem ser analisados, seja à luz da situação econômica que o país atravessa seja em função das características de muitas escolas que persistem em não desenvolver projetos político-pedagógicos específicos para trabalhadores que estudam.

Por tudo isso, a pesquisa da qual este trabalho é derivado indaga sobre a relação entre oferta e demanda de EJA no EF e espacializa essa relação com o intuito de verificar quais outros motivos, além dos possíveis já apontados, interferem na procura e no atendimento da escolarização de jovens e adultos. Estaria a dinâmica do espaço urbano influenciando nessa relação entre oferta e demanda por EJA? Que fatores dessa dinâmica teriam maior influência? Até que ponto a decisão dos trabalhadores em voltar a estudar ou permanecer na escola seria afetada por esses traços da dinâmica urbana da segunda maior metrópole de um país que carrega historicamente fortes desigualdades sociais e a consequente segregação socioespacial? Tais questões só podem ser analisadas a partir de estudo empírico que possibilite refletirmos sobre

a espacialidades das políticas públicas voltadas para a EJA. E é sobre esse estudo que as próximas sessões do artigo se debruçam.

Oferta e demanda de Ensino Fundamental na modalidade EJA nos bairros da área central da cidade do Rio de Janeiro

Na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, a oferta de EJA é levada a cabo pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), que oferece o Ensino Fundamental em seus dois segmentos. A estrutura administrativa do PEJA segue a de toda a rede, já que a maior parte de sua oferta está no turno noturno das escolas municipais. O Programa também tem sido oferecido nos turnos diurnos em algumas escolas – o PEJA diurno – e ainda em dois centros exclusivos de EJA: o Centro Municipal de Referência da Educação de Jovens e Adultos (CREJA), localizado no bairro do Centro, e o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), situado no bairro da Maré. Assim como todas as escolas da rede municipal, o PEJA está distribuído territorialmente pelas Coordenadorias Regionais de Educação – CREs.

No estudo empírico apresentado neste trabalho, o recorte espacial privilegiado se refere à 1ª Coordenadoria Regional de Educação (1ª CRE). Em termos gerais, a área que abrange esta CRE apresenta dinâmicas específicas no interior do tecido urbano da metrópole carioca, pois dela fazem parte os bairros da área central da cidade, com destaque para o Centro, principal bairro comercial e de negócios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e onde se concentram lojas de variados ramos, escritórios e sedes de diversas empresas de diferentes setores da economia, além de centros culturais e prédios históricos. Em função de seu papel na dinâmica metropolitana, no Centro também se encontram os principais modais de transporte que integram a metrópole (metrô, trem, ônibus, barcas e bondes elétricos), propiciando o deslocamento de milhões de pessoas que diariamente passam por ele para se dirigir ao ambiente de trabalho, seja formal ou não formal, ou realizar conexões em direção a outras áreas da cidade.

Junto a esse intenso fluxo de trabalhadores nas ruas, calçadas e avenidas do Centro, os bairros que abrangem a 1ª CRE se caracterizam também pela presença de áreas e complexos de favelas, como o Complexo de São Carlos, o Complexo do Caju e o Morro da Providência. Tal característica faz com que esses bairros se constituam em importantes locais de demanda por políticas de Educação de Jovens e Adultos, já que é entre os trabalhadores de baixa renda que



se encontra a maior parte da população que não teve garantido por completo o direito à Educação Básica, isto é, que não consumou o direito dos direitos, aquele que abre portas para uma série de outros direitos.

Em geral associadas ao fenômeno da segregação socioespacial, as territorialidades do narcotráfico atravessam a vida do carioca, sobretudo nas favelas e periferias, e acabam por atingir as escolas municipais de forma contundente. Com o PEJA não é diferente e muitas escolas que o oferecem vêm passando por problemas que se referem à segurança de alunos e professores, fazendo com que o poder público municipal justifique por esse motivo o fechamento de algumas escolas ou a redução do número de turmas e passe a se omitir em ofertar a EJA justamente para aqueles que mais precisam dela: jovens, adultos e idosos trabalhadores moradores das favelas e áreas periféricas da metrópole.

Na área da 1ª CRE a situação não difere do restante da cidade no que se refere à violência urbana, principalmente nos bairros onde se localizam a maior parte das favelas, como Estácio, Rio Comprido, Santa Tereza, Caju, São Cristóvão, Santo Cristo e Gamboa. Essa questão junto ao fluxo maciço de trabalhadores que diariamente trabalham e passam pelo Centro faz com que a 1ª CRE seja uma das que mais deveriam oferecer Ensino Fundamental na modalidade EJA. No entanto, ao analisarmos a relação entre oferta e demanda em seu território, vemos que o atendimento é bastante reduzido face à demanda que se observa.

A baixa oferta de EJA para os trabalhadores na área central do Rio de Janeiro e a reiteração das desigualdades

A análise dos resultados permitiu que concluíssemos sobre a importância da ampliação de matrículas, turnos e turmas nas escolas existentes que ofertam a modalidade na 1ª CRE. Esta necessidade vai de encontro ao que tem ocorrido nas políticas públicas nacionais, qual seja, o já mencionado fechamento de turnos, turmas e até escolas que ofertam a EJA.

As figuras a seguir retratam a realidade do indicador DPEJAF construído para a CRE analisada nas diferentes faixas etárias.

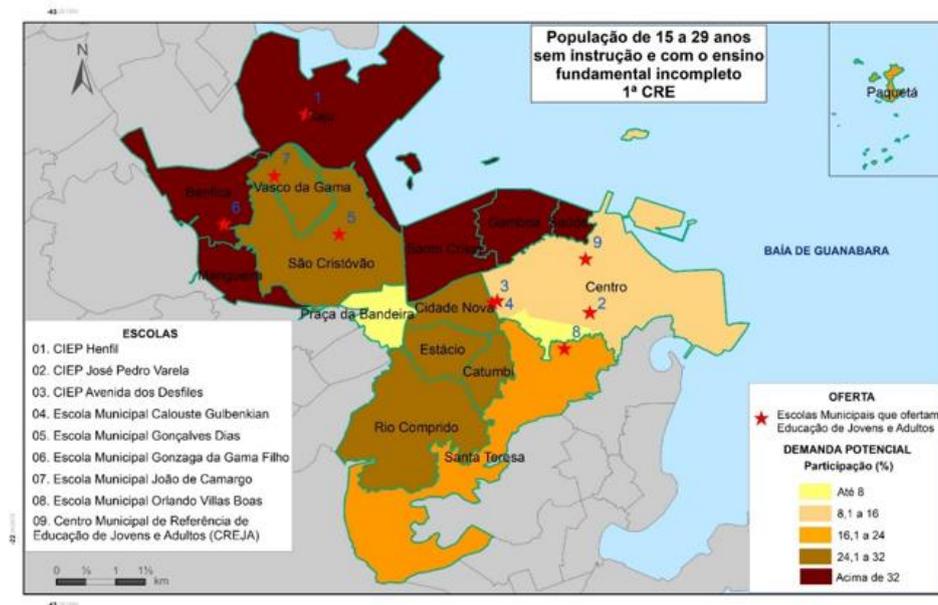


Figura 1: DPEJAF da 1ª CRE para a população de 15 a 29 anos de idade.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Censo Escolar, INEP, 2016.

Nota: o mapeamento utilizou a malha de áreas de ponderação, pois os dados que subsidiaram a produção do indicador provêm da amostra. Mapa elaborado por Emilio Reguera.

Como indicado anteriormente, pode-se ver nos três mapas (Figuras 1, 2 e 3) as desigualdades educacionais representadas espacialmente através da distribuição da população de 15 ou mais anos que não possui o Ensino Fundamental completo. O mapa que representa a faixa etária entre 15 e 29 anos (Figura 1) indica que os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju, Benfica e Mangureira possuem 32% ou mais de seus jovens nessa situação de baixa escolaridade. Em contrapartida, apenas duas escolas municipais oferecem o PEJA nesses bairros, uma no Caju e outra em Benfica.

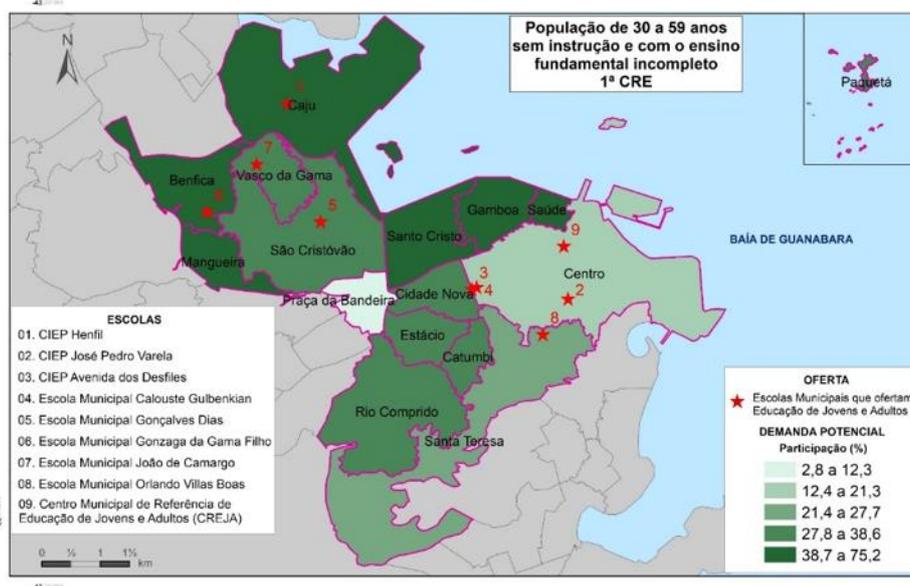


Figura 2: DPEJAF da 1ª CRE para a população de 15 a 29 anos de idade.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Censo Escolar, INEP, 2016.

Nota: o mapeamento utilizou a malha de áreas de ponderação, pois os dados que subsidiaram a produção do indicador provêm da amostra. Mapa elaborado por Emilio Reguera.

Os mapas relativos à população adulta (Figura 2) e idosa (Figura 3) apresentam o mesmo padrão de distribuição espacial do indicador DPEJAF para esses bairros e padrão semelhante para os outros bairros. A diferença principal entre eles está nos valores indicados, pois enquanto entre os jovens a proporção mais alta de DPEJAF é de 32%, entre os adultos os valores mais altos se situam entre 38,7 e 75,2% e entre os idosos esses patamares alcançam a faixa de 67,5 a 100%. Se esses números demonstram o quanto são necessárias políticas de oferta de EJA nesses bairros, a baixa quantidade de escolas com PEJA aponta para o não atendimento por parte do poder público municipal dessa necessidade da população trabalhadora de baixa renda.

Vale dizer que importantes áreas de favela se situam nesses seis bairros, dentre as quais o Complexo do Caju e o Morro da Providência, a mais antiga favela da cidade e que deu origem à denominação que hoje identifica essas áreas, pois se chamava Morro da Favela quando do seu surgimento. Outras áreas de favela se localizam em bairros da 1ª CRE e apresentam também valores altos de DPEJAF. Nesse grupo, Vasco da Gama e São Cristóvão contam com apenas duas escolas de PEJA, uma em cada bairro. Já os bairros de Cidade Nova, Estácio, Catumbi e Rio Comprido, apesar de possuírem alta demanda de escolarização de jovens e adultos, estão

descobertos em termos de escolas com PEJA, o que claramente revela o descompasso entre oferta e demanda por EJA.

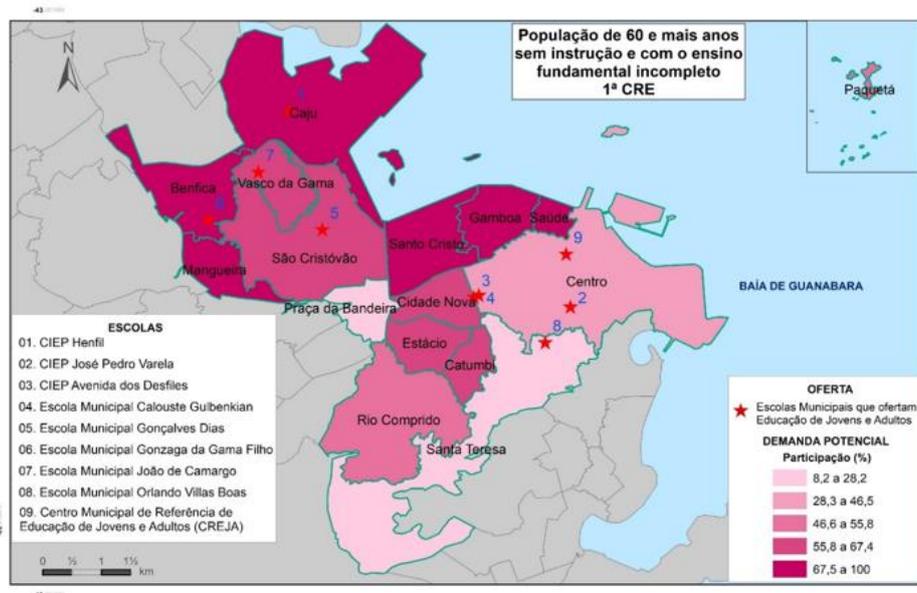


Figura 3: DPEJAF da 1ª CRE para a população de 15 a 29 anos de idade.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Censo Escolar, INEP, 2016.

Nota: o mapeamento utilizou a malha de áreas de ponderação, pois os dados que subsidiaram a produção do indicador provêm da amostra. Mapa elaborado por Emilio Reguera.

A distribuição espacial das nove escolas de PEJA pela 1ª CRE não compensa a falta de espaços escolares para os trabalhadores. As poucas que existem estão dispersas pelo território e não atendem aos bairros e localidades mais distantes de seus prédios, pois localizam-se em ruas e/ou avenidas centrais de alguns bairros. Além disso, os conflitos das facções do narcotráfico impedem, em muitos casos, a circulação e a presença de moradores de uma determinada área dominada por uma dessas facções em outra comandada por grupos rivais. Em função disso, a melhor localização acaba não seguindo necessariamente critérios de centralidade ou proximidade, fato que torna mais complexa a distribuição das escolas. Vale dizer que tal fato se repete em outras CREs e outros bairros da cidade, não se restringindo apenas à 1ª CRE.

Além da ausência de instituições nos bairros mais residenciais outro fator chama a atenção na relação entre demanda e oferta de EJA na 1ª CRE. Como já mencionado, em sua



circunscrição se encontra o bairro do Centro, cuja principal função urbana não é residencial e sim comercial, financeira e cultural. Isto faz com que no cômputo das pessoas com 15 anos ou mais que não possuem o Ensino Fundamental completo o Centro apresente números mais baixos, não se configurando, portanto, como área de grande demanda da EJA. No entanto, como também já dito anteriormente, o fluxo diário de trabalhadores, muitos dos quais com baixa escolarização, reverte os dados apresentados, uma vez que muitos desses trabalhadores poderiam, e até prefeririam, voltar a estudar próximo aos seus locais de trabalho e não em seus bairros residenciais. O transporte coletivo precário, o trânsito engarrafado na hora do *rush* e a conseqüente demora no trajeto de volta para casa dificultam, quando não impossibilitam, a chegada a tempo desses trabalhadores nas escolas de seus bairros. Por isso, muitos preferem permanecer no Centro estudando e tomarem o rumo de casa mais tarde.

Apesar de possuir quatro escolas em seus limites, apenas o CREJA se situa em uma área do Centro que cobriria grande demanda de trabalhadores estudantes. As outras três escolas situam-se em divisas de bairros e acabam por atender mais a população residencial do que a que somente trabalha no Centro. Ser uma escola exclusiva de EJA faz do CREJA uma excelente opção e importante estratégia de atendimento ao público trabalhador, contudo ele não comporta sozinho a demanda reprimida na área. Dada a quantidade e a diversidades de trabalhadores, outras instituições, de preferência também exclusivas, deveriam estar presentes em seu perímetro.

Considerações Finais

A observação do indicador DPEJAF para todas as faixas etárias empregadas neste estudo apontam para a precariedade de condições no tocante ao atendimento da escolarização de jovens, adultos trabalhadores em toda a 1ª CRE, mas, principalmente nas áreas próximas a favelas e no bairro do Centro. Dessa forma, mesmo se tratando de um recorte espacial relativamente pequeno para as dimensões do município, a manifestação das desigualdades socioespaciais se encontra presente e reitera as desigualdades educacionais.

Ainda em período de finalização, a pesquisa aqui apresentada pretende analisar mais detidamente os dados de, pelo menos, duas escolas que oferecem a EJA na 1ª CRE. A coleta desses dados se dará a partir dos microdados do Censo Escolar e se voltará para a dinâmica das matrículas nessas instituições, bem como nas características de seu alunado. Uma escola que se

localiza no bairro do Centro e outra situada próximo a um dos complexos de favela presentes na área serão as selecionadas para o aprofundamento da pesquisa.

Chegar à escala da escola nos permite chegar também a questões relativas à vida de trabalhador urbano, ao espaço vivido e a determinados aspectos da organização interna do espaço urbano. Nesse sentido, pretende-se também verificar em que medida tais aspectos, como mobilidade urbana, violência, funções urbanas influenciam as decisões dos trabalhadores sobre o retorno e/ou a permanência e conclusão da Educação Básica.

Por fim, cabe lembrar que, para além da utopia, a EJA é a modalidade que garante não apenas acessos variados ao mundo da educação, principalmente o direito à educação de qualidade social (SILVA, 2009), mas pode garantir também acesso a outros direitos, ou pelo menos a luta por sua garantia, dentre os quais o direito a uma cidade capaz de oferecer não só as necessidades básicas das pessoas, mas de poder fazê-las sonhar e acreditar na possibilidade da existência e construção coletiva de uma cidade mais justa, humana e fraterna.

Referências

- BARBOSA, J. L. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade. In: CARLOS, A.F. (et.al.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 179-187.
- BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A.F., ALVES, G., PADUA, R. F. (orgs.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.
- INEP - INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2016**. Microdados do banco de dados de escolas. Brasília, 2016.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados da amostra**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.
- SERRA, E.; VENTURA, J.; ALVARENGA, M.; REGUERA, E. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 25-41, ago./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/enios/Downloads/243-1695-1-PB%20(3).pdf>. Acesso em: 25 março 2019.
- SILVA, M.A. Qualidade social da Educação pública: algumas aproximações. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, mai./ago. 2009. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 mar. 2019.